

## FORMAÇÃO DOCENTE E OS NOVOS MARCOS LEGAIS

Entrevista com a professora Dr.<sup>a</sup> Leda Scheibe, concedida às professoras Edite Maria Sudbrack e Elisabete Andrade, docentes do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – Câmpus de Frederico Westphalen/RS.

Professora Leda Scheibe, doutora em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1987), professora da UFSC de 1967 a 1997; voluntária de 1997 a 2014. Professora titular emérita da Universidade Federal de Santa Catarina. Pesquisadora na área de Políticas de Formação de Professores para a Educação Básica. Desde 2001, membro do corpo permanente de professores do Programa de Pós-Graduação em Educação da UNOESC (Universidade do Oeste de Santa Catarina).

No dia 29 de setembro de 2016, a professora Leda estará na Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI), câmpus de Frederico Westphalen, Rio Grande do Sul, Brasil, a fim de participar do Painel I: Formação Docente e os Novos Marcos Legais (PNE, DCN e BNC). O painel constitui parte da programação do IX Simpósio Nacional de Educação e III Colóquio Internacional de Políticas Educacionais e Formação de Professores, que acontecerá entre os dias 28 e 30 de setembro de 2016.

Em virtude de sua participação no evento, a professora Leda concedeu uma entrevista abordando algumas das temáticas que discorrerá no painel. Nesta entrevista, Leda fala sobre a PNE (2014-2024), a Resolução 02/CNE/2015, a relação entre as pesquisas em nível de pós-graduação no Brasil e os impactos na qualidade do ensino na Educação Básica. Além disso, discorrerá sobre os mecanismos de gestão da produção acadêmica no que se refere às atuais exigências de produtividade.

**A aprovação do PNE (2014-2024) amplia o debate sobre a formação docente no Brasil, destacando várias metas para fazer frente a estes desafios. Como a senhora vê o alcance de tais projeções no contexto econômico-social em que vivemos?**

As Metas 15 e 16 do atual PNE tratam especificamente da formação docente. A Meta 15 destaca a obrigatoriedade de formação em nível superior, a ser obtida em curso de licenciatura, de todos os professores e professoras da educação básica. Para isso, a meta propõe-se a garantir a construção de uma política nacional de formação dos profissionais da educação já no primeiro ano de vigência da lei (que se encerrou em 25 de junho de 2015...). O documento que deverá gerir essa política nacional de formação, contudo, está ainda em

**Revista de Ciências Humanas - Educação | FW | v. 17 | n. 28 | p. 158-162 | Jul. 2016**

**Recebido em: 29.07.2016**

**Aprovado em: 29.07.2016**

discussão e pretende-se que ele seja finalizado em breve. Em todo caso, enquanto isso, e ainda por conta do Decreto n. 6.755 de 2009, vários programas continuam sendo realizados no sentido de ampliar as oportunidades de formação de um maior número de professores em cursos de licenciatura. O cenário é desafiador, se considerarmos o percentual expressivo dos professores brasileiros que ainda não têm a formação mínima requerida para o nível ou para a disciplina em que atuam, percentual esse que se eleva em disciplinas tais como a física. Contudo, dado o contexto econômico, social e especialmente o grave momento político que estamos vivenciando no país, há ações estratégicas cujo desenvolvimento tem sido ameaçado pela falta de verbas. Já a Meta 16 do PNE refere-se à ampliação substantiva da formação continuada dos professores da educação básica em cursos de pós-graduação e outros programas que envolvem educação continuada. Pretende a formação, a nível de pós-graduação, de 50% (cinquenta por cento) dos professores da educação básica, e a garantia a todos os seus profissionais de uma formação continuada em sua área de atuação. Urge, portanto, não só a finalização do documento em construção sobre a política nacional de formação dos profissionais da educação, como o alinhamento dos planos estaduais e municipais com as metas e estratégias nacionais para que seja possível concretizar as ações previstas. No contexto brasileiro, diante da ampliação dos debates e do grau de participação da sociedade civil propiciado pelas políticas dos últimos governos, espera-se que o PNE 2014/2024 aumente a capacidade de pressão para que não haja retrocessos em suas diversas estratégias e metas, mesmo que não integralmente cumpridas, na formulação e implementação das políticas educacionais.

**A aprovação de novas Diretrizes para a Formação Inicial e Continuada, seguindo a Resolução 02/CNE/2015, traz em seu bojo avanços e rupturas? Comente.**

Certamente há muitos avanços, no sentido de propor a existência de projetos políticos pedagógicos institucionais que garantam a relação teoria e prática na formação, assim como outras determinações que possibilitem um efetivo incremento no processo formativo. No entanto, as próprias diretrizes mencionam que a valorização salarial e a existência de planos de carreira são fundamentais para que se desperte o interesse por parte de universitários para abraçar a docência. A exigência de uma formação sólida, inicial e continuada, prescrita nas diretrizes atuais, por sua vez, vai depender de uma rigorosa avaliação das instituições que ofertam tais formações. Temos amplas restrições a colocar, por exemplo, quanto à formação inicial pela EAD, tal como acontece de forma dominante hoje nos cursos de Pedagogia. As

novas diretrizes, ao mesmo tempo em que contemplam reivindicações do movimento docente de forma contundente, dão continuidade a encaminhamentos que nas últimas décadas foram sendo conquistados pelos movimentos da área da educação.

**Enfatiza-se historicamente que a qualidade da educação passa pela qualidade da formação docente, responsabilizando, via de regra, a classe docente pelo sucesso ou insucesso escolar. As diretrizes ampliam a análise ao propugnar a questão da carreira e valorização docente. Há saídas?**

As saídas para esta realidade estão focalizadas nas Metas 17 e 18 do PNE e suas estratégias, por focalizarem justamente as questões salariais e de carreira com proposições que poderão dar maior dignidade e condições para tornar atrativa e valorizada a profissão docente. A forte tendência de responsabilizar particularmente o professor e sua formação pelo insucesso escolar muitas vezes esconde, no entanto, os condicionamentos impostos pela situação social dos alunos e pela inadequação dos ambientes de trabalho a que são submetidos professores e alunos.

**A qualidade da pós-graduação brasileira é atestada, inclusive, internacionalmente. O que se observa é que os avanços da área não parecem chegar às escolas. Nossas pesquisas estão deslocadas da realidade? Que outros fatores operam nesse distanciamento?**

Eu penso que hoje se percebe uma maior conscientização a respeito desta questão nos meios científicos. A criação de uma diretoria da Capes voltada especificamente para a Educação Básica (Capes do B?), enfatizando o desenvolvimento de atividades de suporte à formação de profissionais do magistério para a educação básica, foi e é uma sinalização importante no sentido de uma maior aproximação entre as IES e as escolas. O distanciamento ainda existente se deve a muitos fatores, entre eles a dificuldade que encontram os professores que estão nas escolas em realizar cursos que possam aperfeiçoar o seu trabalho. Certamente, a pós-graduação, em especial a *stricto sensu*, é significativa para uma melhoria na formação profissional docente. Os relatos de egressos que concluíram a pós-graduação e que continuam no exercício da docência evidenciam um outro patamar na qualidade. No entanto, temos que nos preocupar com as barreiras que muitos sistemas interpõem para que seus professores tenham liberação para fazer cursos. E aí se torna importante verificar como tal exigência está sendo disposta nos planos educacionais estaduais e municipais. A pobreza das condições de

trabalho dos professores interfere fortemente na sua disposição e abertura para novas informações e estudos.

**Como integrante da Comissão de Especialista na área, bem como sua larga experiência e conhecimento, que saberes são necessários ao fazer/ser docente, no contexto em que estamos inseridos?**

Cada vez mais tenho a convicção do quanto é necessário para todo professor o domínio dos fundamentos científicos e filosóficos que permitem compreender o desenvolvimento da humanidade. O conhecimento específico da área de atuação do professor é necessário, condição básica, mas não basta: é preciso muito mais. É importante lembrar certos princípios de formação que a Anfope construiu ao longo de décadas de discussão e estudos dos seus participantes, voltados para uma educação como direito de todos. Destaco alguns que dizem respeito à organização curricular dos cursos de formação dos profissionais da educação: pautar-se por sólida formação teórica em todas as atividades curriculares, tanto nos conteúdos específicos a serem ensinados pela escola básica, como nos conteúdos pedagógicos; possibilitar ampla formação cultural; proporcionar experiências curriculares que permitem o contato dos futuros professores com a realidade da escola básica desde o início do curso; incorporar a pesquisa como princípio de formação; vivenciar formas de gestão democrática; desenvolver o compromisso social e político da docência, entre outros.

**No que tange ao Ensino Superior e, em especial, aos Programas de Pós-Graduação *stricto sensu*, como avalia os mecanismos de gestão da produção acadêmica no que se refere às atuais exigências de produtividade?**

Gostaria de iniciar citando as palavras de Milton Santos, (1992): “Que fazer quando na própria Casa fundada para o culto da Verdade, a organização do cotidiano convida a deixar de lado o que é importante e fundamental?” De fato, as atuais exigências de produtividade na produção acadêmica aproximam-se cada vez mais daquilo que diversos autores têm colocado em pauta e denominam de “cultura da performatividade”. Caracteriza-se pela hipervalorização dos resultados, ou seja, da quantificação dos resultados como medida do desempenho. Tal cultura tem trazido graves consequências, tais como alterar a natureza das relações no interior dos cursos de pós-graduação, que deixam de se pautar pela solidariedade e incentivam a competição. São negligenciadas hoje muitas atuações que acabam por não ser contabilizadas, tais como ser um bom professor na pós-graduação e na graduação, ser competente em cargos

administrativos. Há também uma progressiva intensificação das atividades burocráticas em função dos registros e relatórios exigidos para controlar o trabalho docente, seja na pós-graduação ou em outros ambientes educacionais. Penso que precisamos envidar esforços para construir uma "outra cultura" no âmbito dos programas de pós-graduação em educação.

Com a concessão desta entrevista, a professora Leda Scheibe adianta algumas das possíveis reflexões que fará no IX Simpósio Nacional de Educação e III Colóquio Internacional de Políticas Educacionais e Formação de Professores, evento que reforça o compromisso do Mestrado em Educação da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI) com a educação e com a formação de professores.

Suas considerações convidam a pensar acerca da formação de professores, problematizando as condições de trabalho, a produção de conhecimentos e a valorização da carreira docente. Aspectos contemplados pelas políticas públicas que têm sido implementadas no Brasil já desde a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN 9394/96, a qual também têm sido amplamente debatida pela comunidade acadêmico-científica, porém, carecendo ainda adentrar de modo mais efetivo no campo de atuação da Educação Básica. A professora Leda apresenta indicativos da aproximação entre as produções do meio acadêmico com a Educação Básica, o que pode ser considerado um avanço importante, além de se apresentar como necessidade emergente.